



Sindicato dxs Trabalhadorxs em Educação da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – SindRede – BH
Propostas da Cartilha Educação e Desafios em Tempos de Pandemia – Construída e aprovada pelos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte no 1º e no 2º Seminário Direito à Educação e desafios em Tempos de Pandemia 2020

Realização entre 31/08/2020 à 04/09/2020 e 11/09/2020

DEFINIÇÃO DO II SEMINÁRIO DIREITO E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA SIND-REDE/BH- SOBRE A PORTARIA 138/2020 SMED/BH- ORGANIZAÇÃO DO ANO ESCOLAR REFERENTES AOS ESTUDANTES DO 5º, 9º E DA EJA CERTIFICAÇÃO.

1-Reorganização do calendário escolar: o conteúdo formal de 2020 deve ser trabalhado em 2021.

2-Certificação com trabalho - Regime Especial de Atividades Escolares (REAE) para estudantes do 5º, 9º e da EJA certificação

3- Compromisso de não ampliação da REAE para além do 5, 9 e final da EJA certificação.

4- As escolas já fizeram a busca ativa dos estudantes para organizar o seu Mapa social, agora cabe a PBH/SMED identificar os estudantes não encontrados.

5- A prefeitura deve garantir aos estudantes as condições mínimas para que possam receber os materiais virtualmente.

6- Sobre a entrega de materiais:

- a) Deve ser garantido a entrega de material físico aos estudantes e famílias que desejarem a certificação e receberem o material.
- b) Com relação a esta entrega é preciso seguir alguns critérios para se ter maior segurança:
 - I- A periodicidade de entrega de materiais e recolhimento deve ser mensal.
 - II- Os trabalhadores que manusearem o material físico devem ser testados para o COVID-19.
 - III- Os materiais entregues aos estudantes não poderão ser exigidos pela escola como pré requisito para a certificação.
- c) Quem vai entregar e receber os materiais fica em aberto. Mas deve ser garantido o transporte destes trabalhadores e todos os critérios de segurança necessários.

7- Promoção automática de todos os estudantes do 5º, 9º e da EJA certificação. Mas as famílias devem ter o direito de escolha. Aqueles estudantes/famílias que optarem por não serem certificados dessa forma, devem ter a matrícula garantida no momento de nova organização da escola e não deve constar reprovação no histórico escolar dos estudantes.



Sindicato dxs Trabalhadorxs em Educação da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – SindRede – BH
Propostas da Cartilha Educação e Desafios em Tempos de Pandemia – Construída e aprovada pelos trabalhadores em educação da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte no 1º e no 2º Seminário Direito à Educação e desafios em Tempos de Pandemia 2020

1. Reafirmamos o princípio da não exclusão, nem dos trabalhadores e nem dos estudantes, e que qualquer proposta a ser construída deverá levar em conta a estrutura material, organizativa e familiar dos estudantes e trabalhadores em Educação, ficando a cargo da PBH a otimização de recursos tecnológicos a toda a comunidade escolar.
2. Desenvolver uma campanha pela abertura de negociação da SMED com o Sind-REDE/BH: cartazes, vídeos nas redes virtuais, cartas dos coletivos de trabalhadores das escolas.
3. "Criar um fórum permanente, um canal institucional de escuta e discussão das demandas das comunidades escolares para o momento pós pandemia que contemple a participação de autoridades sanitárias, de representantes das entidades sindicais dos servidores, do Conselho Municipal de Educação e das comunidades escolares, através de seus colegiados."

4. Estabelecer via Sindicato e via coletivos das escolas, conexões com as lutas e organizações locais comunitárias; criando grupos locais comunitários de apoio a educação para mediar e garantir, após um mapeamento social, o acesso a alimentação básica e acesso a internet gratuita nas comunidades.
5. Impulsionar a luta pela redução definitiva do número de alunos em sala de aula, garantindo enturmação de até 20 alunos no 1º ciclo, 2º ciclo até 25 alunos, 3º ciclo até 30 alunos e EJA de 15 a 25 alunos e construção de novas estruturas. Construção de escolas para atender a demanda de menos alunos, reivindicação sanitária e, sobretudo, pedagógica, para a melhoria da qualidade da Educação. Concurso público para adequação da quantidade de trabalhadores em Educação às medidas de redução do contágio (menos alunos por sala, reforço na limpeza, etc.). 6. A volta às aulas presenciais seria somente quando tivermos a vacina.
7. A entrega de material físico não deve ser feita por nenhuma escola neste momento. Esta definição se justifica por dois elementos: 1) a entrega de material físico representa uma pressão sobre a maioria das famílias e pouca eficácia de interação escolar; 2) não existem protocolos de saúde em relação a isso. Portanto, pode ser um veículo de contaminação de responsabilidade de quem assumir esta tarefa.
8. Que a organização, produção ou seleção de materiais de qualquer natureza a ser apresentado aos estudantes seja de responsabilidade do grupo de professores de cada Comunidade Escolar e que não seja material físico nem tenha como prioridade conteúdo curricular." de acordo com as propostas e orientações apontadas pelo I e II Seminário do Sind-Rede/BH
9. Que a organização, produção ou seleção de materiais de qualquer natureza a serem apresentados aos estudantes, sejam de responsabilidade do grupo de professores de cada Comunidade Escolar, com mediação das coordenações e que não seja material físico nem tenha como prioridade conteúdo curricular. A divulgação do material produzido deve se fazer através de rádio, TV, cartazes, carros de som, plataformas digitais.

10. Lutar pela ampliação (de responsabilidade da PBH) da internet pública e gratuita na nossa cidade, de modo que todos os trabalhadores possam realizar o teletrabalho e que os materiais produzidos remotamente pelas escolas (sejam sites, vídeos etc.) alcancem toda a Comunidade Escolar. A PBH deve garantir a internet pública e gratuita para toda a cidade.
<i>1- Lutar pela flexibilização da 800h para os alunos do 9º ano com a criação de estratégias para reduzir os impactos causados para esses estudantes . Para os demais em 2021 sejam adotados estratégias para reduzir os prejuízos causados pela Covid-19;</i> <i>11.2. Reorganização do calendário letivo de 2020 em conjunto com o ano letivo 2021 não havendo ERE para a integralização da carga horária.</i>
12. Repúdio de qualquer tentativa de controle ideológico (como o movimento Escola sem Partido, entre outros), com garantias do exercício de pensamento crítico e Rejeição da ingerência privada e do controle ideológico e religioso nas escolas efetivada por meio do excesso de contratações terceirizadas (MGS), bem como a ampliação de parcerias com as OSCS. Pela defesa de uma escola pública, democrática e de qualidade social para todos.
13. Lutar, após o retorno às aulas, pela garantia dos momentos coletivos de discussão e planejamento, para avaliação e aprimoramento das ações desenvolvidas, visando a melhor qualidade da Educação e garantia de 1/3 da jornada para organização dos materiais e estudo do professor, visto que tais ações foram endossadas e estimuladas pela SMED/BH durante o período de teletrabalho.
14. Reivindicar a garantia de mais recursos para a Educação, com a realização de novos concursos , para atender às demandas de grupos pequenos de alunos, à ampliação da infraestrutura e à adoção das medidas sanitárias, EPIs necessários para o funcionamento adequado das escolas.

15. Fortalecimento da unidade entre todos os segmentos de trabalhadores da Rede (Concursados e Terceirizados) sendo todos incluídos nos debates.

16. Reivindicar o pagamento, pela PBH, do Vale Refeição a quem fizer jus (Concursados e Terceirizados) e garantia da cesta básica para os terceirizados.

17. Incorporar as lutas mais gerais do movimento dos trabalhadores: contra a retirada de direitos; contra a ampliação das privatizações e terceirizações nos serviços públicos, em especial da educação; contra todas as privatizações de empresas e serviços públicos estatais; pela garantia da quarentena com renda mínima a todos os trabalhadores e desempregados durante a pandemia; por um plano de socorro aos micro e pequenos empresários, pela proibição de demissões, quebra de contratos de trabalho e redução de salários; contra o congelamento dos serviços públicos e dos direitos dos servidores públicos; pela ampliação de investimentos na Educação e Saúde; Intensificar a luta pelo fim da Emenda Constitucional 95, que restringe os investimentos em Saúde e Educação; contra a Reforma Administrativa; pela revogação das Reformas Trabalhistas e da Previdência; por políticas de geração de emprego; contra a especulação imobiliária, a grilagem de terras do Estado; contra a destruição predatória do Meio Ambiente para a acumulação capitalista; ser parte ativa de uma frente contra a Reforma da Previdência e Administrativa do Estado de Minas Gerais.

18. Priorizar a proteção à vida e à saúde: Articular campanha exigindo dos governos em todas as instâncias municipal, estadual e federal:

- a) Exigir o retorno e radicalização do isolamento social até o momento de declínio da pandemia.
- b) Fortalecer a campanha e a divulgação da necessidade de procedimentos coletivos e individuais de cuidados de prevenção; reivindicar a manutenção e ampliação do valor do Auxílio Emergencial.
- c) Reivindicar outras garantias de renda e recursos de sobrevivência de desempregados e autônomos.

- d) Lutar pela estabilidade do emprego e contratos de trabalho sem redução de salários.
- e) Reivindicar plano de socorro aos micro e pequenos empresários.
- f) Reivindicar políticas governamentais de emprego e renda.
- g) Apoiar iniciativas sociais de renda, moradia, segurança alimentar.
- h) Participar de movimentos e ações sociais em defesa do SUS, com ampliação de financiamento e controle social e por políticas públicas de saneamento, com controle social contra processos de privatização nesse setor.
- i) Ser parte ativa de uma frente contra a Reforma da Previdência e Administrativa do Estado de Minas Gerais.
- j) Pela suspensão do pagamento da Dívida Pública e cobrança sobre grandes fortunas, uso das reservas internacionais para garantia da vida e da sobrevivência dos trabalhadores.
- k) Pelo fim das isenções de impostos às grandes empresas.

19. Financiamento do Programa de Combate à Pandemia.

20. Favorável ao Teletrabalho, mas somente para formação e relação socioafetiva com a Comunidade Escolar.

21. Contrário a EAD e ao Ensino emergencial remoto. Neste momento as atividades de interação com os estudantes e famílias devem ter o objetivo de interação, sem caráter obrigatório e letivo.

22. Os representantes devem participar nos grupos da escola de forma atenta e crítica: • Fortalecendo a posição contra a EAD. • Fortalecendo a exigência e condições para o teletrabalho, a fim de não permitir que os grupos extrapolem até mesmo as exigências

da Portaria da PBH. • Apontar as contradições da Prefeitura em relação à cidade e exigir a quarentena geral, com garantia de renda mínima para as famílias dos estudantes
23.As atividades elaboradas no período de teletrabalho não podem exceder às funções previstas no Estatuto e/ou Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação.
24.Os Trabalhadores em Educação Concursados não devem, a priori, determinar tarefas aos Trabalhadores Terceirizados.
25.Aproveitamento do momento de teletrabalho para fortalecer o Projeto Político Pedagógico das escolas, respeitando o princípio da autonomia em diálogo com as outras instituições que possam auxiliar na reflexão sobre Saneamento, Alimentação, Saúde, Segurança e Trabalho, questões importantes para a Comunidade Escolar. Devendo estar atentos à diversidade da Comunidade Escolar (gênero, pessoas com deficiência, etc.).
26.A Escola Integrada precisa ser vista como parte de todo o processo educacional da escola e deve caminhar em auxílio à educação regular. As ações de integração, na perspectiva da educação integral, devem sempre primar pelo direito à Educação como um princípio para todos os estudantes. Educação sempre gratuita, de qualidade e com valorização dos trabalhadores.
27.Posição contrária à implantação de EAD e/ou Ensino Remoto Emergencial na Rede Municipal: a) O Ensino à distância (aula remota, com conteúdos curriculares) não deve ser implementado por não alcançar, simultaneamente, todos os alunos que, por diferentes condições sociais, materiais e emocionais, não terão as mesmas possibilidades. b) A falta de disponibilidade das famílias pode ser um empecilho para a EAD. A Educação é dever do Estado. O professor não pode ficar desqualificado no desenvolvimento do seu trabalho. c) O uso de plataformas, aplicativos e recursos tecnológicos (remotos ou não) deve ser feito de forma opcional, consciente, sob controle e com autonomia dos profissionais e coletivos de trabalho. Deve ser feita de forma a garantir o princípio educativo da relação interpessoal professor/aluno, ensino/aprendizagem. Portanto, deve ser um recurso periférico e complementar do processo educativo

e do processo de trabalho docente. Por isso, devem ser feitos dentro da normalidade de educação e ensino presencial. Isso não significa uma posição “tecnofóbica”, sectária, contra as novas tecnologias, mas sim, pelo entendimento de que elas nascem por imperativo funcional da acumulação de capital e poder.

- d) Neste momento, priorizar a vida, o contato com as famílias, curso de formação, manutenção do vínculo social. Fazer o mapeamento da comunidade é importante, bem como reforçar os vínculos. As reuniões de teletrabalho devem ser utilizadas para a construção do retorno.
- e) Que possamos ter acesso e usar os dados e as plataformas digitais e não sejamos controladas por elas.
- f) Que a prefeitura utilize seu corpo técnico, até mesmo a PRODABEL, para criar uma plataforma.

28.A SMED/PBH é responsável e deve garantir toda a estrutura material e tecnológica (internet, aparelhos, estrutura ergométrica, etc.) para a realização das atividades e que seja incorporada ao salário um valor para pagamento de internet, energia elétrica e/ ou outras despesas geradas pelo teletrabalho.

29.O mecanismo institucional a ser utilizado deve ser o e-mail. Mesmo que o trabalhador tenha outros mecanismos ele não pode ser pressionado a utilizá-los. Uma vez que a Prefeitura não está propondo nenhuma garantia de estrutura ou ajuda financeira.

30.Reivindicar que seja realizada uma pesquisa institucionalmente via SMED junto às políticas intersetoriais de saúde e assistência social com a Comunidade Escolar, a fim de ter um panorama da situação de condições de acesso, internet e equipamentos, saúde, questões financeiras, organização familiar, etc e que os dados sejam publicados, discutidos com o objetivo de garantir políticas públicas possibilitando a inclusão de todos os estudantes e trabalhadores. E expor os Dados coletados no Portal da PBH para uma transparência da realidade socioeducacional dos estudantes da Rede.

31.Reivindicar que a PBH forneça apoio psicológico aos trabalhadores e estudantes nesse momento de pandemia e pós pandemia.

32.Reivindicar que a SMED/BH estude formas de uso seguro das redes sociais (como WhatsApp, e-mail, etc.) para interação com os alunos e protocolos de proteção aos trabalhadores. Bem como a garantia ao direito de imagem preservado e direito a recusa de produção de vídeos e fotos para divulgação.
33.Criação de um comitê da educação composto por membros de toda comunidade escolar e outros profissionais da segurança tecnológica, jurídica e de saúde para acompanhar e pensar estratégias neste momento de pandemia.
34.Reivindicar que a SMED/BH viabilize parcerias com os Correios, com rádios e TVs públicas comunitárias, com rádios e TV públicas comunitárias para auxiliar o contato socioemocional e psicoemocional com alunos e pais nesse momento de pandemia, fazendo - se urgente a utilização de outros canais e recurso levando seu em conta que as ferramentas WhatsApp e E-mail não atingiram os objetivos.
35.Garantia de um período apropriado de acolhimento emocional aos estudantes antes, durante e após o retorno.
36.A PBH/SMED deve ampliar e efetivar as parcerias entre os diversos equipamentos públicos para garantir o atendimento às Comunidades Escolares em todas as áreas levando em conta suas especificidades
37.- Afastamento de trabalhadores em educação e alunos que façam parte do grupo de risco da COVID-19 ou que morem com pessoas deste grupo, sem prejuízo financeiro ou pedagógico.

38. Primeiramente, repudiamos a presença de Trabalhadores em Educação nas Escolas fechadas. E caso ocorra, que haja o pagamento pela PBH, de adicional de insalubridade aos mesmos neste contexto de pandemia.

39. -Garantia do emprego dos Terceirizados e dos Monitores da Escola Integrada, dada a sua importância no desempenho e na construção de novos saberes e no processo de reconstrução dessa nova escola. Retomada de todos os contratos de dobras dos trabalhadores em educação que foram cancelados.

40. Garantia de isolamento social e remuneração para os trabalhadores da Escola aberta, por parte da SMED/BH.

41. Que as empresas públicas sejam acionadas para construção de plataformas tecnológicas educativas para uso exclusivo das escolas públicas.



Sindicato dxs Trabalhadorxs em Educação da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – SindRede – BH

II Seminário Direito à Educação e desafios em Tempos de Pandemia

CONJUNTURA

1. - Esse seminário reafirma o caráter estrutural da crise do sistema capitalista, aprofundado pela pandemia de covid-19. O que quer dizer que mesmo com a futura redução significativa de tal infecção, seus efeitos sobre a sociedade do capital, sobretudo nas periferias do sistema como o Brasil e América Latina, África, etc, continuarão e aprofundarão ainda mais os níveis de miséria, desemprego e caos social e natural.
2. Tal processo de decadência acelera exponencialmente a marginalização e exclusão de grandes contingentes sociais no mundo e, claramente isso terá total reflexo na área da educação pública como a rede municipal de BH. Mas, não só isso. Também significa um limite histórico profundo do capitalismo como organização social que não consegue promover o desenvolvimento e a liberdade plenos da grande maioria dos seres humanos e que precisa ser substituído por uma nova ordem social, baseada na socialização e coletivização dos principais recursos produtivos de bens e

serviços da sociedade, com garantia de acesso igualitário de todas as criações do conhecimento científico, das tecnologias, da arte e da cultura para todas e com a decisão livre de todas. (GT1)

3. - Esse seminário, portanto, se posiciona contrário às ações irresponsáveis de flexibilização do isolamento social e a retomada de aulas ou atividades presenciais nas escolas anunciadas por alguns governantes, como política mais escrachada de setores do capital contra as classes trabalhadoras. Mas, mais do que isso, também se posiciona contrário às ações do capital diante de tal situação histórica caótica com propostas de formação de trabalhadores e das classes populares para o caos. Tais ações são desenvolvidas, sistematizadas e difundidas por organismos e organizações como Unicef, ONU, coalização “Todos pela Educação”, Instituto Casa Grande, Instituto Ayrton Senna, Fundação Leman, etc. As propostas giram em formar competências para que os trabalhadores continuem produzindo e sob controle social das classes dominantes mesmo diante da retirada de direitos, com ampliação do desemprego, com redução dos serviços e políticas sociais. Para além das competências em recursos das TICs, a formação dos trabalhadores deve garantir que esses “saíam de fábrica” (Viviane Senna referindo-se à escola) com competências como flexibilidade, receptividade ao novo, imaginação criativa, foco, disciplina, persistência, resistência à frustração, amabilidade, confiança, empatia, trabalho em rede, trabalho colaborativo e auto-gestionado (vestir a camisa da empresa). Na verdade, são nomes genéricos de muitas das capacidades desenvolvidas socialmente na história humana, mas que sofrem profundas distorções e limitações quando instrumentalizadas pelos interesses de acumulação do capital e perpetuação de sua ordem social.
4. Essas propostas não são novas, assim como também são anteriores à pandemia, a outra face dessa moeda velha, as propostas irracionalistas anticientíficas e “escola sem partido”. (GT1)
5. - Portanto, diante dessa realidade atual, categorias profissionais setorializadas como a nossa devem caminhar cada vez mais para a unidade com o conjunto das classes trabalhadoras (incluindo desempregados e trabalho precário) no sentido de promover um movimento anticapitalista onde o setor da educação terá importância fundamental contribuindo na formação e conscientização científica, política e ideológica (de classe) da base social dos trabalhadores que compõem sua comunidade escolar. (GT1)

OBS:

A plenária deliberou uma reorganização dos temas para que pudéssemos fechar o seminário. Esta proposta foi colocada pela mesa seguindo a seguinte metodologia:

- 1- As propostas que fizessem parte da nossa luta seriam levadas para a discussão e encaminhamento nas reuniões da Diretoria.
- 2- As propostas direcionadas à SMED também seriam incorporadas às reivindicações da Diretoria.